

O BRIC E A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Marco Antônio Bestetti Paccola

Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO.

RESUMO: O artigo procura expor através de análise sucinta, o desenvolvimento econômico dos países do chamado BRIC, bloco composto por Brasil, Rússia, Índia e China, durante o período entre 2000 e 2015, com o objetivo de analisar sob quais aspectos este desenvolvimento vem se realizando e como a expansão destas economias pode ter alterado as relações internacionais no período recente. A partir deste estudo, procura-se contestar o relatório “DreamingWithBRICs: The Path to 2050”, da agência econômica Goldman Sachs, que aponta o crescimento econômico dos países do BRIC como indício da construção de uma nova ordem econômica mundial, com protagonismo dos países do bloco. Procura-se, ainda, demonstrar como o desenvolvimento econômico do BRIC não está relacionado a uma reestruturação das relações centro periferia, mas na sua reconfiguração sobre outros moldes, porém preservando a velha relação de dependência estruturada na Divisão Internacional do Trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; BRIC; Divisão internacional do trabalho.

THE BRIC AND THE CENTRE-PERIPHERY RELATIONS IN THE INTERNATIONAL LABOUR DIVISION

ABSTRACT: The paper tries to present, through a brief analysis, based on previously presented research, the economic development of the countries of the so-called BRIC, a bloc composed of Brazil, Russia, India and China, during the period between 2000 and 2015, with the objective of analyzing under which aspects this development has been taking place and how the expansion of these economies may have changed the international relations in the recent period. From this analysis, we try to contest the report "Dreaming With BRICs: The Path to 2050", by the economic agency Goldman Sachs, which points out the economic growth of the BRIC countries as an indication of the construction of a new world economic order, with protagonism of the countries of this bloc. It is also tried to demonstrate how the economic development of the BRIC is not related to a restructuring of the center periphery relations, but in its reconfiguration on other models, but preserving the old relation of structured dependence in the international division of labor.

Keywords: Economic Development; BRIC; International division of Labour.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, a ascensão acelerada de alguns países periféricos como grandes potências na economia mundial vem modificando o cenário internacional. Os principais responsáveis por este fenômeno de expansão das economias periféricas são os países do denominado BRIC, a saber, Brasil, Rússia, Índia e China¹. Estes países vêm acumulando enormes avanços econômicos durante período recente. A enorme expansão destas economias abre o debate sobre uma possível reestruturação dos padrões econômicos vigentes até então. Responsável pela criação do acrônimo, a agência econômica do banco Goldman Sachs publicou em 2003 o relatório “DreamingwiththeBrics; the path to 2050”, traçando as perspectivas para o desenvolvimento econômico das nações do BRIC nos próximos anos. Segundo as estimativas do relatório, os BRIC devem superar os países membros do grupo dos seis (G6)² com relação ao Produto Interno Bruto, transformando-se nas principais economias do mundo até 2040.

Dentre os países do G6, apenas Estados Unidos e Japão, irão manter-se entre as seis maiores economias do mundo em 2050. Esta tendência de crescimento dos países em desenvolvimento, em específico dos BRIC, pode indicar algumas reconfigurações importantes da conjuntura internacional, sobretudo nos aspectos econômicos, sem, contudo, romper com as relações de dependência entre países centrais e periféricos ou semi-periféricos, como procuraremos demonstrar a seguir.

O artigo busca relativizar os resultados do relatório através da contextualização dos resultados econômicos obtidos pelos países do BRIC, analisando-os sob a ótica da Divisão internacional do trabalho e das relações de dependência centro-periferia no capitalismo global. Assim, busca-se demonstrar que, apesar do exponencial crescimento econômico dos países do BRIC, não se alteram as relações de dominação no sistema econômico internacional.

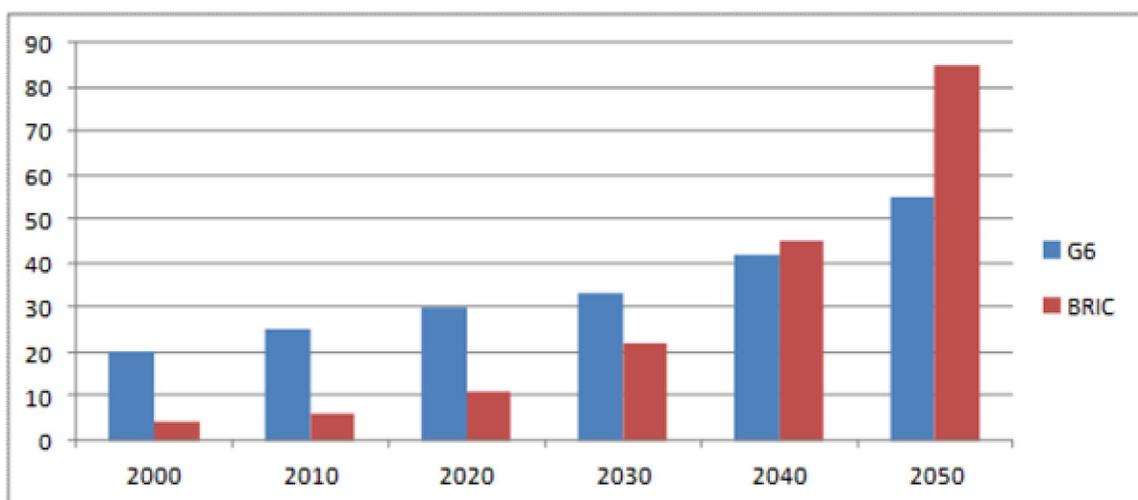
¹ Posteriormente a África do Sul passaria a integrar o grupo dos BRICS, contudo, como nossa análise se refere ao relatório “DreamingWithBRICs: The Path to 2050 da Goldman Sachs, que não inclui a África do Sul, optamos por manter tal composição. Por este mesmo motivo, utilizamos o acrônimo BRIC e não BRICS.

² Grupo que reúne as seis economias mais desenvolvidas do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália.

2 A ASCENÇÃO DO BRIC

Na comparação com os países do G6, os BRIC deverão superar o PIB destes já em 2040, quando a soma do Produto Interno Bruto destes países deverá alcançar a quantia de US\$ 44 trilhões aproximadamente, enquanto o G6 acumulariam US\$ 42 trilhões aproximadamente. Em 2050 a distância aumentaria ainda mais, com uma riqueza conjunta dos BRIC de aproximadamente US\$ 84 trilhões, enquanto os países do G6 se manteriam próximos aos números anteriores, com um PIB somado em aproximadamente US\$ 54 trilhões.

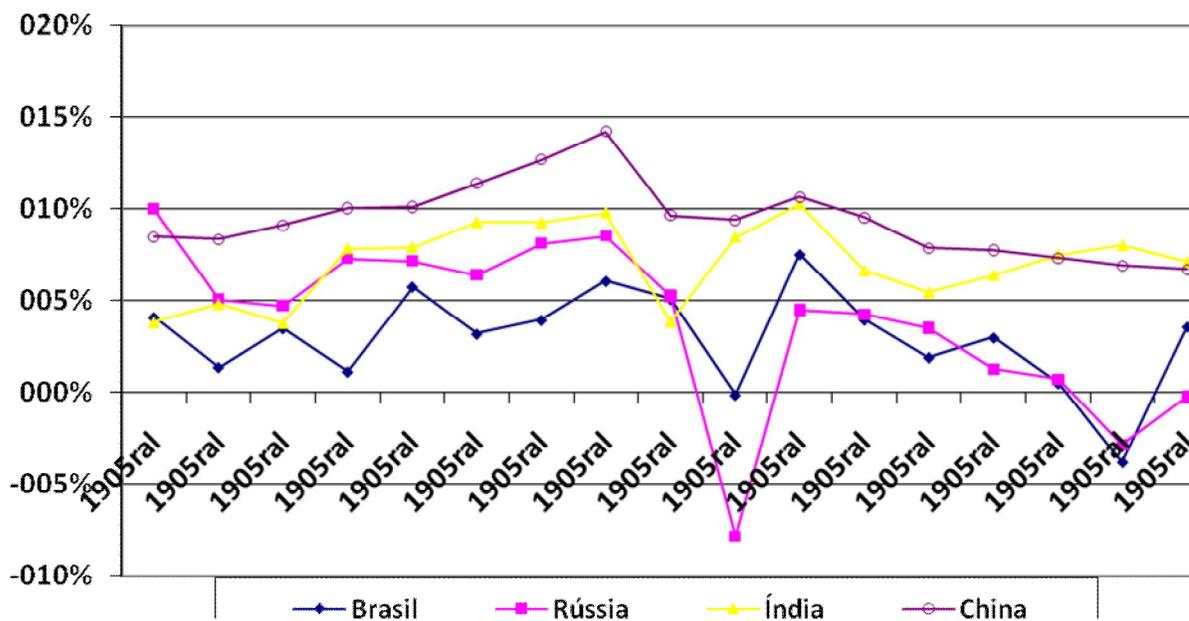
Figura 1: PIB - G6 e BRIC em Dólares (2000 a 2050).



Fonte: Dreaming with the BRICs: The Path to 2050.

O gráfico, extraído do relatório citado, traz as projeções para o crescimento econômico dos países do BRIC, realizadas pela própria Goldman Sachs. O relatório saliente que trata-se de projeções baseadas no cenário atual e que, possíveis alterações na conjuntura específica de cada país podem alterar o quadro geral do relatório (GOLDMAN SACHS, 2003).

Figura 2: Taxa de crescimento do PIB dos BRIC (2000 a 2016) .



Fonte: Banco Mundial. <http://www.worldbank.org/>

Os principais responsáveis por este avanço dos BRIC em relação ao PIB são China e Índia. Somente a China deverá responder por mais da metade desta quantia com um PIB estimado em US\$ 44 trilhões em 2050, enquanto a Índia deverá responder por mais um terço desta quantia (GOLDMAN SACHS, 2003).

3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O sistema capitalista foi marcado, desde o seu início, por operar através da divisão das atividades econômicas entre os países em âmbito internacional. Esta divisão foi responsável por estabelecer a hierarquia econômica e política do sistema internacional, concretizando a hegemonia econômica dos países centrais sobre os países periféricos. A Divisão Internacional do Trabalho surgiu concomitantemente com o modelo capitalista de produção, a partir da Primeira Revolução Industrial no final do século XVIII, na Inglaterra. O surgimento da indústria moderna

trouxe consigo a divisão das funções mundiais, separando os países produtores de bens manufaturados, mais desenvolvidos tecnologicamente, dos países fornecedores de matérias-primas, menos desenvolvidos tecnologicamente (POCHMANN,2001). Estabeleceu-se, portanto, a divisão mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou centrais e periféricos, pautada sobre as relações de troca econômicas desiguais (FURTADO 1961).

Antes do surgimento da indústria, a economia mundial era baseada na produção agrícola, sem maiores diferenciações entre a produção de um país para o outro. O que determinava a hierarquia neste período eram os fatores políticos, militares e as riquezas acumuladas por determinados países através da exploração de suas colônias e da comercialização de bens.

A eclosão da Segunda Revolução Industrial, a partir do final do século XIX, com o surgimento da grande indústria e da produção em massa, fez com que as bases da economia internacional começassem a reestruturar-se. Com maior aporte tecnológico e maiores necessidades de infraestrutura, esta revolução industrial ficou restrita em um primeiro momento a um pequeno número de países. Parte dos países periféricos logrou alcançar as bases da Primeira Revolução Industrial, muito após a sua ascensão, o que não pode transformá-los em países centrais, mas diferenciou estes países dos demais fornecedores de matérias-primas. Esta é considerada a segunda etapa da Divisão Internacional do Trabalho, pautada sobre as relações entre os países centrais, que passaram a ser responsáveis pelas atividades industriais de maior coeficiente tecnológico e valor agregado e da produção de tecnologias, e os recém surgidos países semiperiféricos, responsáveis pelas atividades industriais de menor coeficiente tecnológico e valor agregado, e do fornecimento de *commodities*. E por fim os países periféricos, responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas (POCHMANN, 2001).

As transformações observadas a partir da eclosão dos países do BRIC fazem parte da reconfiguração da economia mundial implementada pela terceira Divisão Internacional do Trabalho que passou a vigorar a partir da crise do modelo keynesiano sustentado pela conjuntura anterior (CHESNAIS, 1996).

O capitalismo entrou, a partir de meados da década de 1970, em uma crise de superacumulação (HARVEY, 2004). As formas de acumulação existentes, mesmo com a

incorporação dos trabalhadores, haviam se esgotado, reduzindo o crescimento da demanda, ao passo em que os incrementos de produtividade expandiram demasiadamente a capacidade produtiva e encurtaram o seu tempo de execução. Segundo Harvey, como forma de superação da crise, o capital busca duas saídas, a primeira delas é através da redução do custo do trabalho e, portanto, pelo desmonte de todo o conjunto de direitos adquiridos no período anterior, do desmonte do Estado de bem-estar-social, e da desregulamentação das relações de trabalho mundo afora. A segunda “solução”, passaria, segundo Harvey (2004), pela apropriação mediante espoliação, de ativos que não se vinculavam ao processo de acumulação capitalista, como certos recursos naturais, reservas territoriais, a educação transformada em mercadoria e, principalmente, o desenvolvimento acelerado do capital financeiro. Essas duas características do novo ciclo de acumulação do capital, irão consolidar a nova estrutura do sistema capitalista a partir de então.

A reestruturação produtiva da década de 1970 é fruto de grandes transformações, primordialmente, em cinco aspectos: A ocorrência de uma revolução tecnológica, marcada, principalmente, pelo surgimento da micro-eletrônica; o fim do tratado de Breton Woods, que havia consolidado o modelo político-econômico do período anterior; a financeirização da economia e a subsunção do trabalho à lógica financeira; o colapso do Estado de bem-estar-social (nessa nova lógica de acumulação capitalista, o Estado tem o papel de promover a concorrência do mercado, viabilizando as melhores possibilidades de acumulação, de modo a atrair capital) e; a mudança na concepção sobre as relações de trabalho

A partir de então, com o processo de reestruturação produtiva do capitalismo global, observou-se a pulverização das cadeias produtivas das grandes empresas em países periféricos, a liberalização dos fluxos comerciais e financeiros e a centralidade do capital financeiro sob a dinâmica de acumulação capitalista. É neste contexto que a ascensão do BRIC ocorre.

4 DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

O acelerado crescimento econômico experimentado pelos países do BRIC durante a primeira década dos anos 2000 parece estar relacionado a dois fatores implícitos da reestruturação produtiva a nível global, que teve início com a consolidação do modelo econômico

neoliberal em fins da década de 1970 e que resultou em um novo padrão de Divisão Internacional do Trabalho.

O primeiro destes fatores está relacionado ao deslocamento do setor produtivo dos países centrais para os países periféricos. Analisando o crescimento da produção industrial nos países do BRIC e do G6, podemos observar que durante o período dos anos 2003 a 2009, o ritmo do crescimento industrial nos BRIC foi muito superior a dos países desenvolvidos, quando houve instabilidade no crescimento, com períodos de retração. Estes dados podem indicar uma tendência mundial de transferência de parte do setor produtivo dos países desenvolvidos, para os países em desenvolvimento. Durante o período analisado, a partir de (2003 a 2009), o crescimento da produção industrial acumulado, nos países do BRIC foi respectivamente de: Brasil 24,5%, Rússia 36,8%, Índia 48,6% e China 135,2%. Enquanto nos países do G6 a variação da produção industrial foi de: Estados Unidos 8%, Inglaterra - 6,6%, Japão 12,6%, França 1,5%, Alemanha 12,9% e Itália – 4,3% (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY).

Estas tendências observadas na transferência do setor industrial e no crescimento dos investimentos fixos nos países em desenvolvimento apontam para uma transição em direção a um novo modelo de Divisão Internacional do Trabalho, com a transferência da quase totalidade do setor produtivo para os países em desenvolvimento, principalmente através do deslocamento de empresas transnacionais para estes países, que apesar de realizarem a produção dos bens nos países em desenvolvimento, possuem sua matriz nos países desenvolvidos (POCHMANN, 2001).

Dados da Unctad de 2004 demonstram que, o número de empresas transnacionais com matriz nos países desenvolvidos aumentou de sete mil em 1969 para pelo menos trinta e cinco mil já no início do século XXI. Ainda, dentre as cem maiores empresas transnacionais do mundo, medidas pelo montante de ativos no exterior, 96 delas possuíam sua matriz nestes países.

Esses rearranjos só poderiam ser chamados de “desenvolvimento” se fosse possível demonstrar que se associam a uma redução da polarização global do sistema. Isso não parece ter ocorrido; ao contrário, a polarização tem aumentado ao longo da história. Pode-se dizer, por isso, que as transferências geográficas e de produtos têm sido cíclicas (WALLERSTEIN, 1996, p.34).

Outro fato importante com relação a esta migração das empresas transnacionais para os países em desenvolvimento diz respeito aos objetivos destas empresas nos países de destino. Analisando os investimentos destas empresas no Brasil, pode-se observar que a finalidade da instalação destas no país esteve voltada à exploração do mercado interno, com a produção de produtos de baixa ou média tecnologia agregada, ou através das privatizações no setor de serviços, eletricidade, água, telefonia e comunicações por exemplo. Os investimentos das empresas transnacionais nos países em desenvolvimento também estiveram voltados à exploração do mercado regional, pautado nas exportações para os países vizinhos. E, ainda, no barateamento da produção, através da utilização da força de trabalho com menor custo e das facilidades oferecidas pelos países receptores, legislação trabalhista menos rígida, menor carga tributária, flexibilização etc. (FLEURY, 1990).

No caso Chinês, por exemplo, enquanto celebra-se o enorme crescimento da produção industrial dos últimos anos, o que ocorre na realidade é a transferência de setores de menor lucratividade das empresas transnacionais em busca de menores custos de produção, sem grande capacidade de colaborar para o desenvolvimento do país, ou para a melhoria das condições de vida de sua população.

A flexibilização da economia estabelecida pelo neoliberalismo fez com que, parte dos parques industriais dos países desenvolvidos fosse transferido para os países em desenvolvimento, possibilitando a exploração dos trabalhadores regionais e a potencialidade do seu mercado consumidor, enquanto o centro das decisões da produção industrial continua concentrado nos países desenvolvidos (CHESNAIS, 1996).

Ademais, as filiais das empresas transnacionais, responsáveis por grande parte do desenvolvimento industrial nos países do BRIC não possuem a capacidade de contribuir para a independência econômica e tecnológica dos países receptores.

[...] as subsidiárias instaladas no Brasil seguem o padrão mundial de desenvolver apenas a capacitação tecnológica necessária para lidar com as “idiosincrasias locais”, e de receber pacotes tecnológicos desenvolvidos na matriz. Em segundo lugar, o efeito esperado de “puxar” a capacitação tecnológica de empresas locais nem sempre foi atingido. [...] muitas vezes a demanda criada pelas grandes subsidiárias foi ocupada por novas subsidiárias de multinacionais [...]. Sendo

assim, fica evidente que a contribuição das empresas transnacionais para a criação de capacitação tecnológica local é limitada, não obstante a sua contribuição econômica possa ser significativa para os padrões locais. (FLEURY, 1990, p. 29).

Nesta nova Divisão Internacional do Trabalho, cabe agora aos países desenvolvidos uma pequena parcela da produtividade industrial, porém a de maior rentabilidade no comércio internacional e menos sujeita a concorrência devido às restrições das leis internacionais de patentes, a produção de produtos com alto coeficiente tecnológico.

O capital internacional, favorecido pelas políticas neoliberais de abertura do comércio exterior, flexibilização e desregulamentação, efetuou, através dos investimentos diretos, a transferência de parte de suas indústrias para os países em desenvolvimento e conseqüentemente, como elucida Harvey “[...] tornou os países recém industrializados mais vulneráveis às manobras do capital especulativo, da competição espaço-temporal e de ondas adicionais de acumulação por espoliação” (HARVEY 2005 p. 128). E, por isso mesmo, acentuou a condição de dependência centro-periferia.

O Segundo fator da reestruturação produtiva que influenciou na reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho e da participação do BRIC na economia global diz respeito ao processo de financeirização da economia mundial. Com o processo de desregulamentação dos fluxos financeiros globais, assiste-se a uma escalada da importância deste tipo de capital sobre o processo de acumulação capitalista, principalmente no que concerne à relação centro-periferia.

Na Nova Divisão Internacional do Trabalho é o setor financeiro que, com a transferência do setor produtivo para os países em desenvolvimento, torna-se o epicentro da economia capitalista no final do século XX. O financiamento externo privado torna-se o eixo do modelo de desenvolvimento das economias, principalmente periféricas, a partir do ciclo neoliberal. Dada a redução drástica do papel do Estado como agente e investidor das economias (exceto pelo caso Chinês) e com uma burguesia interna incapaz de levar adiante um processo de desenvolvimento de grandes proporções, é o capital financeiro internacional que assume o papel de liderança no novo ciclo econômico. Contudo, este financiamento externo não se realiza mais através do velho padrão de investimentos fixos para capital produtivo, como observado no período pós-guerras. O

padrão dos investimentos assume no modelo neoliberal uma nova configuração (CHESNAIS, 1996).

A tabela 1 aponta para o percentual de IED investidos na formação de capital fixo bruto, ou seja, que realmente foi empregada em bens de capital. É uma maneira eficiente de medir se a capacidade de produção do país está crescendo. A partir dos dados é possível constatar que o percentual de IED na formação de capital fixo bruto nos países do BRIC mantiveram-se extremamente baixos, principalmente quando comparados aos dados dos países desenvolvidos no mesmo período.

Tabela 1 – Investimento estrangeiro direto como percentual da formação de capital fixo bruto.

Economia	1983-1985	1993-1995	2001-2003
Mundo	2,3	5,2	9,4
Economias em desenvolvimento	0,6	3,5	2,9
Países desenvolvidos	2,8	5,8	11,4
França	1,9	7,6	22,5
Reino Unido	10,0	20,0	19,1
Estados Unidos	1,8	7,9	6,6
Alemanha	3,6	4,9	4,2
Japão	1,5	1,3	3,2
Países BRIC	0,2	0,9	1,5
Federação Russa	n.a.	0,9	7,9
Índia	0,01	0,1	1,0
China	0,3	1,3	0,9
Brasil	0,3	0,7	0,2

Fonte: UNITED NATIONS. Trade and Development Report, 2010. Elaboração do autor.

Durante o período 2001 a 2003, por exemplo, dos investimentos estrangeiros recebidos pelos países do BRIC, apenas 1,5%, em média, foi investido na formação de capital fixo, enquanto nos países desenvolvidos esta média durante o mesmo período foi de 11,4%. Entre os países do BRIC, apenas a Rússia possui uma porcentagem considerável de emprego de

Investimento Estrangeiro Direto³ (IED) em formação de capital fixo 7,9%, enquanto os demais países mantiveram esta taxa igual ou menor a 1%. O Brasil possui o pior desempenho do grupo, com taxas de apenas 0,2% no período (UNITED NATIONS, 2010). Isto implica que os investimentos estrangeiros realizados nos países do BRIC, não corresponderam a investimentos em formação de capital fixo e não contribuíram para o desenvolvimento destes países. Em muitos casos, os investimentos estrangeiros são empregados na aquisição ou fusão de empresas nacionais por parte do capital internacional, o que não gera grande incremento para o capital nacional, mas apenas desnacionaliza a economia do país. Em outros casos, o dinheiro é empregado em aplicações de curto prazo ou ainda em investimentos especulativos que geram um alto risco ao país e podem se tornar extremamente prejudiciais, ou são voltados à aquisição de títulos públicos, utilizados para financiar a dívida pública.

Com uma economia cada vez mais flexível e fortemente baseada no setor financeiro, a importância dos investimentos estrangeiros torna-se crucial. Em 2003, por exemplo, o faturamento das subsidiárias das empresas transnacionais atingiu a quantia de US\$ 18 trilhões, o dobro da quantia alcançada pelas exportações neste mesmo ano, a saber, US\$ 9 trilhões (WORLDBANK). O modelo neoliberal possibilitou isto, através da liberalização dos mercados globais com a abertura à competição internacional e a derrubada das barreiras de proteção dos mercados internos, a flexibilização dos fluxos de investimento internacionais, facilitando a entrada e saída do capital sem maiores responsabilidades com o território em que esteja aplicado, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a sua retirada do âmbito econômico.

A globalização mudou a importância relativa dos fatores causadores de interdependência. A internacionalização é dominada mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior e, portanto molda as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços (CHESNAIS 1996, p. 26 Apud OCDE, 1992, p. 21).

³ São considerados Investimento estrangeiro direto toda a entrada de capitais internacionais como forma de investimento em um determinado país. Engloba "fusões e aquisições", construção de novas instalações, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior e empréstimos intrafirma.

Este fato pode ser demonstrado através dos fluxos de Investimentos diretos estrangeiros dos países desenvolvidos em comparação com os demais países do mundo. Em 2008, das seis economias membros do G6, quatro delas encontravam-se entre os dez maiores receptores de investimentos estrangeiros e cinco entre os maiores investidores estrangeiros do mundo (WORLDBANK).

A principal forma de realização dos IED é através dos investimentos das empresas transnacionais no exterior, o que torna estas empresas muito mais competitivas no mercado internacional através da redução dos custos da produção, maior acesso a outros mercados consumidores, e menor exposição a choques cambiais. As empresas que não possuem os benefícios dos IED tornam-se menos competitivas, limitadas ao mercado regional, podendo inserir-se nos mercados externos apenas através de exportações, o que reduz a competitividade de seus produtos. O que acontece é que estas empresas acabam perdendo espaço para as companhias transnacionais, finalmente sendo extintas ou incorporadas por tais corporações. (ALVES; WOLFF, 2007)

Ocorre que no momento atual do capitalismo, as grandes empresas transnacionais e o capital financeiro tomaram as rédeas da Nova Divisão Internacional do Trabalho e dos rumos do desenvolvimento capitalista global (WALLERSTEIN, 2001). Utilizando-se do aparato estatal e das instituições internacionais como meio de alcançar, ou impor, seus objetivos em âmbito mundial, fica a cargo delas, ditar o rumo futuro do capital.

A transnacionalização difere de outros movimentos precedentes da integração capitalista, porquanto a divisão mundial do trabalho passou a ser determinada e articulada por grandes companhias que não mais se submetem aos marcos tributário e legislativo das fronteiras nacionais: ultrapassa-os. (ALVES; WOLFF, 2007 p. 522).

A Nova Divisão Internacional do Trabalho traz consigo uma nova forma de competição econômica, esta se realiza agora através das grandes empresas transnacionais e de suas subsidiárias espalhadas pelo mundo.

Esta Nova Divisão Internacional do Trabalho, focada no capital financeiro, segue a lógica das trocas desiguais de mercadorias, favorecendo os detentores do capital financeiro e produtores

de tecnologias, ou seja, os países desenvolvidos. Os investimentos desses países no exterior tendem a aumentar através da atuação cada vez maior de suas empresas transnacionais em uma economia cada vez mais globalizada e aberta a este tipo de investimentos. Como já citado anteriormente, os investimentos estrangeiros continuam concentrados pelos países desenvolvidos, o que contribui para a manutenção da relação atual.

Além do setor financeiro, os países desenvolvidos devem se aprimorar nos setores de alta tecnologia e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D, o que poderá lhes garantir a manutenção da posição de liderança do cenário mundial. Com relação a este fator, os países em desenvolvimento ainda encontram-se muito aquém dos países desenvolvidos, dados da OCDE sobre os investimentos dos países do BRIC, por exemplo, P&D, a partir de 2000, indicam gastos em porcentagem do PIB muito baixos (PAULINO, 2008).

O desenvolvimento tecnológico atrasado dos países do BRIC, ainda hoje é mantido quase que totalmente pela tímida iniciativa do Estado, pois a iniciativa privada parece ainda não compreender a importância desse quesito, ou hesita em tomar frente no desenvolvimento da P&D, relegando esta função às suas instituições “próprias”, universidades públicas e centros de pesquisa (PAULINO, 2008). Ademais, as empresas nacionais dos países periféricos rendem-se à lógica das empresas transnacionais, detentoras da “mercadoria informação”, aceitam arcar com os altos custos para adquirir as tecnologias produzidas no exterior (FLEURY, 1990).

A onda de expansão das economias, pela qual os países em desenvolvimento passaram, faz parte do processo desta Nova Divisão Internacional do Trabalho. Apesar de contribuir para a expansão das economias em desenvolvimento, a transferência dos processos produtivos dos países desenvolvidos para aqueles, não é capaz de romper com a relação de dependência entre estes países, apenas a coloca em outros termos.

Mesmo concentrados nos países periféricos, os processos produtivos continuaram subordinados às grandes corporações transnacionais dos países centrais. O rápido desenvolvimento industrial em países com grandes contingentes de forças de trabalho como é o caso dos BRIC, na maioria dos casos provenientes do êxodo rural, pode ser um fator de destruição da economia destes países, como foi observado em diversas experiências desde a escalada neoliberal. A rápida ascensão da indústria em países periféricos se efetua de maneira

anacrônica com relação às etapas do desenvolvimento industrial, aprofundando a dependência com relação às importações de tecnologias e bens de capital (ARBIX, et. al. 2002) e realiza-se principalmente através do financiamento externo e sob as normas do neoliberalismo, tornando este desenvolvimento extremamente vulnerável às crises do capital, como se observou com os efeitos da crise econômica mundial em 2008.

Um acelerado processo de industrialização, sem a correspondente transformação das estruturas agrárias e sob a condução financeira e tecnológica das empresas transnacionais, não parece contribuir para a superação das condições de subdesenvolvimento dos países periféricos, mas sim para colocá-la sobre um novo patamar.

Apesar do acelerado crescimento dos países do BRIC, não se pode afirmar que esta condição modifica a relação de dependência destes países, na verdade torna-os vulneráveis ao capital especulativo, gerando o fenômeno do crescimento sem emprego e da disparidade entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Mantendo estes países em condições subordinadas dentro da Nova Divisão Internacional do Trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crise econômica internacional iniciada em 2008, a fragilidade da expansão econômica dos países periféricos, em específico do BRIC, ficou explícita nos resultados do crescimento do PIB destes países. A partir de 2009, houve uma desaceleração da expansão destas economias, que, exceto pela breve recuperação em 2010, parece ter-se aprofundado a partir de 2011.

Os fatores para essa desaceleração do crescimento econômico nos países do BRIC estão relacionados ao modelo de desenvolvimento adotado por estes ao longo das últimas duas décadas, com forte dependência do financiamento externo de suas economias e baixa autonomia sobre sua base produtiva. Estes fatores explicam a desaceleração das economias periféricas, a partir da crise financeira nos países centrais a partir de 2008. Desse modo, observa-se a

permanência de uma relação de dependência entre os países através de um novo padrão de Divisão Internacional do Trabalho.

Além dos fatores de dependência das relações centro periferia, outros aspectos do ciclo de crescimento econômico dos países periféricos devem ser destacados ao se procurar compreender o modelo atual de desenvolvimento destes.

Observa-se a predominância das políticas e diretrizes neoliberais ditadas pelos organismos internacionais em prol do capital internacional. O Estado abriu mão do papel de principal investidor nacional, enquanto as burguesias nacionais, na maioria dos casos, constituem-se incapazes de levar adiante o processo de desenvolvimento. Isto acarreta que a principal fonte de investimentos torna-se o capital internacional, principalmente especulativo e fortemente sujeito a oscilações financeiras.

Ademais, observa-se, em alguns casos como Brasil e Rússia, a especialização da economia em determinados setores, com grande concentração dos investimentos, o que pode gerar certa dependência em relação a estes, e tornar as economias vulneráveis a suas oscilações. É o caso do setor energético no caso russo e do setor agroexportador no Brasil, profundamente influenciados pela crise internacional.

Diante dos aspectos apontados, a expansão das economias periféricas parece encaixar-se nas reestruturações empregadas pelo capital neste período do seu desenvolvimento e no contexto da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Seria ingênuo aceitarmos o argumento do relatório da Goldman Sachs e proclamarmos o surgimento de uma nova ordem mundial através das modificações que vem ocorrendo devido à ascensão dos BRIC. As sucessivas crises econômicas; Ásia 1997; Rússia 1998, Argentina em 2001; Indonésia 2002 já haviam demonstrado a fragilidade das economias periféricas neste rearranjo. O que ficou escancarado a partir da crise econômica mundial deflagrada em 2008, apontando as contradições que este modelo de desenvolvimento impôs aos países periféricos, perpetuando as relações de dependência centro periferia, agora não mais sob o aspecto produtivo, mas pelo aspecto financeiro e tecnológico. Diante deste quadro, parece mais prudente apontarmos para a edificação de uma nova roupagem de um processo de dominação duradouro.

O rápido crescimento econômico vem contribuindo para a diminuição da miséria, entretanto o desafio é conciliar um melhor aproveitamento do capital externo que possa gerar

melhorias sociais para os países, sem acarretar uma fuga em massa dos investimentos internacionais, capaz de destruir a sua economia. Para todos os países do BRIC fica ainda o desafio de diminuir a desigualdade social, em todos os casos o desenvolvimento ficou restrito a determinadas regiões e populações do país, criando “ilhas” de desenvolvimento envoltas por oceanos de pobreza.

Apesar das melhorias observadas nos indicadores sociais, os países do BRIC continuaram convivendo com profundas desigualdades sociais: pobreza, saneamento básico, educação, moradia, condições de trabalho precárias e diversas outras, estão entre os graves problemas que estas sociedades deverão continuar enfrentando no futuro.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. WOLFF, Simone: **Capitalismo global e o advento de empresas-rede: contradições do capital na quarta idade da máquina.** Caderno CRH, Salvador, volume 20 nº 51, páginas 515 a 528, Set/Dez 2007.

ARBIX, Glauco. COMIM, Alvaro. ZILBOVICIUS, Mauro. ABRAMOVAY, Ricardo. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois.** Primeira edição, São Paulo, Editora da Unesp/Edusp, 2002.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Primeira Edição, São Paulo, Editora Xamã, 1996.

FLEURY, Afonso: **Capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparação entre o modelo japonês e o brasileiro.** Revista de administração de empresas, São Paulo, Out/Dez 1990, páginas: 23 a 30.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional. 1961.

GOLDMAN SACHS: **Dreaming With BRICs: The Path to 2050.** Global Economics Paper No: 99. 2003.

HARVEY, David: **O Novo Imperialismo.** São Paulo, Editora Loyola, 2004, cap. 4.

PAULINO, Luis Antonio. **Os brics e o equilíbrio do poder global**. In Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, São Paulo, 2008.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Editora Editempo, 2001.

UNITED NATIONS. **Trade and Development Report, 2010**. United Nations Publication. 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel: **Capitalismo Histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2001.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Worldfactbook.
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> Acessado em: 13/06/2017.

Fontes de dados:

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/>